PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 70/2014

de 22 de setembro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea a) da Constituição, o seguinte:

É nomeada, sob proposta do Governo, a ministra plenipotenciária de 1.ª classe Maria Cristina Serpa de Almeida para o cargo de Embaixadora de Portugal em Kiev.

Assinado em 5 de setembro de 2014.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 16 de setembro de 2014.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2014

O Plano de Ordenamento da Albufeira de Santa Clara (POASC) foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 185/2007, de 21 de dezembro, com o objetivo de promover o ordenamento do plano de água e da zona envolvente, conciliando a forte procura desta área com a conservação dos valores ambientais e ecológicos, principalmente a preservação da qualidade da água, e visando, ainda, o aproveitamento dos recursos através de uma abordagem integrada das potencialidades e das limitações do meio, com vista à definição de um modelo de desenvolvimento sustentável para o território.

Atendendo às atuais condições económicas do País, a existência de uma dinâmica de investimento turístico em saúde e bem-estar determina e justifica uma reavaliação pontual da situação de referência que fundamentou as opções de ocupação turística definidas pelo POASC.

Acresce que o modelo de ordenamento previsto no POASC em apreço identifica zonas mais aptas para a implantação de novos empreendimentos turísticos mas não atende à eventual necessidade de concentrar a oferta de alojamento turístico, o que permite ganhos, designadamente ao nível das infraestruturas ou acessos a implantar ou requalificar.

Neste contexto, o Despacho n.º 12760/2013, de 26 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193, de 7 de outubro, determinou a alteração do POASC.

A alteração ao POASC, introduzida pela presente resolução, visa adequar a ocupação das áreas com vocação para a instalação de novos empreendimentos turísticos da Albufeira de Santa Clara à dinâmica de desenvolvimento turístico emergente para o local, restringindo-se à parte regulamentar, mantendo inalterado o conteúdo das plantas de síntese e de condicionantes e respeitando a capacidade máxima de carga estipulada, bem como a área de ocupação prevista, do ponto de vista de localização.

A presente alteração assume, por isso, um carácter pontual e restrito, não interferindo com os princípios que nortearam a elaboração do POASC.

Foi tido em consideração o parecer constante na ata da conferência de serviços, realizada nos termos do n.º 3 do artigo 75.º-C, da alínea c) do n.º 2 do artigo 95.º e do n.º 2 do artigo 96.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, em que participaram as entidades representativas dos interesses a ponderar, assim como foram ponderados os elementos que decorreram da discussão pública da proposta de alteração do POASC, realizada entre 26 de maio de 2014 e 7 de julho de 2014, conforme o Aviso n.º 6213/2014, de 14 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 96, de 20 de maio.

Foram ouvidas as câmaras municipais de Ourique e de Odemira, esta no âmbito da conferência de serviços prevista no artigo 75.º-C do RJGT.

Assim:

Nos termos dos artigos 48.º, 93.º, da alínea c) do n.º 2 do artigo 95.º, dos n.ºs 1 e 2 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Alterar os artigos 4.º, 11.º e 23.º do Regulamento do Plano de Ordenamento da Albufeira de Santa Clara, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 185/2007, de 21 de dezembro, nos termos do anexo à presente resolução, que dela faz parte integrante.

2 — Determinar que a presente resolução produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

Presidência do Conselho de Ministros, 4 de setembro de 2014. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

(a que se refere o n.º 1)

«Artigo 4.º

[...]

[...]:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) [...];

f) “Área de implantação do edifício” (Ai), a área de solo ocupada pelo edifício, correspondendo à área do solo contido no interior de um polígono fechado, que compreende o perímetro exterior do contacto do edifício com o solo e o perímetro exterior das paredes exteriores dos pisos em cave, nos termos estabelecidos no Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio;

g) [...];

h) [...];

i) [...];

j) [...];

l) [...];

m) [...];

n) [...];

o) [...];

p) [...];

q) “Índice de impermeabilização do solo” (Iimp), o índice que traduz a ocupação ou revestimento do solo, calculado pelo quociente entre o somatório das áreas impermeabilizadas equivalentes (ΣA_{imp}) e a área de solo (As) a que o índice diz respeito, expresso em percentagem, de acordo com a fórmula $I_{imp} = (\Sigma A_{imp}/As) \times 100$, sendo cada área impermeabilizada equivalente (A_{imp}), o valor